

O «FEITIÇO DO IMPÉRIO»: A ENCENAÇÃO DO UNIVERSO COLONIAL PORTUGUÊS NAS EXPOSIÇÕES DE 1932, 1934 E 1940

CARLA RIBEIRO*

Resumo: *Este artigo centra-se no Estado Novo, nas décadas iniciais de 1930 e 1940. Procura-se analisar o imaginário colonial nacional, a partir da narrativa visual criada em três exposições: a Grande Exposição Industrial Portuguesa de 1932, a I Exposição Colonial Portuguesa, em 1934, e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, em 1940. Em todas, o Império exibiu-se em «miniatura», através de conjuntos de aldeias e habitações típicas das várias colónias, aí se incluindo exemplares da fauna local e indígenas. Esta forma de comunicação visual impunha uma imediatez sensorial que permitia chegar ao grande público, inspirada nas técnicas de encenação de ambientes etnográficos fixadas nos circuitos das grandes exposições desde meados de Oitocentos. Pretende-se, assim, analisar as formas cenográficas expositivas utilizadas, recorrendo ao universo iconográfico daí resultante, de carácter propagandístico — nomeadamente revistas e filmes — no intuito de compreender o processo de objectificação cultural a que foi submetido o universo colonial português.*

Palavras-chave: *Império Colonial Português; Exposições; Representação; Indígenas; Objectificação cultural.*

Abstract: *This article focuses on the Estado Novo in the early 1930s and 1940s. The aim is to examine the Portuguese colonial imaginary, based on the visual narrative developed at three exhibitions: the Great Portuguese Industrial Exhibition of 1932, the First Portuguese Colonial Exhibition in 1934, and the Colonial Section of the Portuguese World Exhibition in 1940. In all cases, the Empire was exhibited in miniaturised form through groups of villages and dwellings characteristic of the different colonies, including indigenous people and specimens of local fauna. These visual communication forms provided a sensual immediacy that allowed access to the general public, inspired by the staging techniques of ethnographic environments that had been established in major exhibitions since the mid-1800s. The purpose is to analyse the expositive scenographic forms used, drawing on the resulting iconographic universe, of a propagandistic nature — mainly magazines and films — seeking to understand the process of cultural objectification to which the Portuguese colonial universe was subjected.*

Keywords: *Portuguese Colonial Empire; Exhibitions; Performance; Indigenous people; Cultural objectification.*

INTRODUÇÃO

Neste artigo, o foco é o imaginário colonial português do Estado Novo. Se é verdade que o nacionalismo de essência colonial foi uma constante no *éthos* nacional,

* Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação; CITCEM – Universidade do Porto (ORCID: UIDB/04059/2020). DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4068-3403>. Email: carlari-beiro@ese.ipp.pt. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

durante séculos restringiu-se ao círculo das elites intelectuais e políticas; mas, com a I República e, sobretudo, com o Estado Novo, verificou-se aquilo que se pode denominar de uma «ofensiva de sociabilização impositiva» (Rosas 1995, p. 28) dos valores coloniais.

Parte-se da memória-imagem organizada pelo Estado, uma «memória que se verte publicamente, construída tanto por códigos interpretativos [...] como por elementos sensoriais que potenciam o seu “afeto”» (Peralta 2017, pp. 9-10). E que se encontra disseminada em páginas de jornais e revistas, relatos de exploração e viagem, livros de ficção, postais e álbuns fotográficos, gravuras e pinturas, selos, cartazes, embalagens de produtos e filmes (cf. Vicente 2014; Martins 2012).

Ao longo deste texto, será procurada essa memória-imagem na narrativa visual criada e difundida em três exposições: a Grande Exposição Industrial Portuguesa, realizada em Lisboa em 1932, a I Exposição Colonial Portuguesa, que decorreu no Porto em 1934, e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, em Belém, em 1940. Em todas, apresentou-se um Império «em miniatura», isto é, reproduções dos conjuntos de aldeias e habitações típicas das várias colónias, com as respectivas populações, mostravam (ou assim se desejava então) o modo de viver nativo e justificavam a política colonialista que enquadrava a «missão civilizadora» de Portugal.

Neste sentido, utilizou-se parte do universo iconográfico resultante destas exposições, de carácter didáctico, mas, sobretudo, propagandístico. Do vasto conjunto de desenhos, fotografias, postais, imagens em revistas e filmes, em grande parte disponíveis na *Internet*, recorreu-se a documentários e filmes de ficção centrados no Império — em particular o documentário *Guiné, Aldeia Indígena em Lisboa* (1932) e a longa-metragem de ficção *Feitiço do Império* (1940) — e reportagens da imprensa periódica (muitas vezes profusamente ilustradas) relativas às exposições em análise, partindo da assumpção de que «os jornais e as revistas foram instrumentos muito importantes de divulgação (mas também de produção) do “império”, tanto pelo seu carácter popular e a sua difusão em larga escala, quanto pela cobertura noticiosa assídua e empenhada da atualidade colonial» (Martins 2012, p. 12).

Considerando que os discursos visuais têm, por si, o poder de gerar, divulgar e fixar ideias, sabe-se que as imagens desempenharam um papel crucial na edificação e disseminação de um imaginário colectivo sobre o Império Colonial e as suas populações, (re)produzindo uma construção ideológica da alteridade, racial e cultural, no contexto colonial (Rosa 2016, p. 199).

As imagens são também representações mais apelativas e menos exigentes em termos de apreensão pela generalidade da população. Tal era especialmente verdadeiro para o mundo rural e o proletariado urbano de então, considerando

os baixos níveis de alfabetização. Nesse sentido, o Estado Novo construiu os seus discursos de poder e de propaganda colonial apostando sobretudo em formas de comunicação visual, visando a imediatez sensorial para chegar a estes públicos (Rosa 2016, p. 198).

1. DA NECESSIDADE E DAS FORMAS DE PROPAGANDA DO PROJECTO COLONIAL

O Acto Colonial (1930)¹ e a Carta Orgânica (1933)² constituem-se como os documentos estruturantes do pensamento e da acção colonial nacional nas primeiras décadas do Estado Novo. Consubstanciam aquela que foi uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, que rompeu «com a orientação republicana de descentralização administrativa e investimento do Estado no fomento colonial» (Castelo 2021, p. 4).

Mas os territórios do Império, parte integrante e inalienável da nação, eram espaços dispersos e distantes entre si, cujo controlo directo e efectivo era difícil e, em certos casos, mais fictício do que real (Martins 2012, p. 22). E desde meados da década de 1920 que se fazia sentir internamente uma profunda inquietação sobre o futuro do Império, face aos vários perigos que o ameaçavam: à «ideia, cada vez mais generalizada, de que o Estado português, pela sua desorganização, incompetência e instabilidade» se mostrava incapaz de garantir a segurança e integridade territorial dos espaços ultramarinos, acrescia o «sentimento de que ele era vítima de uma conspiração internacional [que procurava] espoliar o país dos seus territórios coloniais» (Alexandre 1993, pp. 1120-1121). Com efeito, desde o início dos anos de 1930 que «rumours involving an upcoming sale or lease of one or more Portuguese colonies had been appearing in European, American and South African newspapers [...] and would continue to emerge until the outbreak of the Second World War» (Gonçalves 2021, p. 2). Com a situação internacional a mudar significativamente, fruto do rearmamento alemão e da expansão territorial italiana e japonesa, aumentavam as pressões de Estados europeus,

¹ Aprovado em 1930, pelo Decreto n.º 18 570 de 8 de Julho, o Acto Colonial, preparado por Salazar, então ministro interino das Colónias da Ditadura Militar, e por alguns dos futuros ideólogos do Império, como Armindo Monteiro, constituiu um «esforço no sentido de ordenar e unificar a legislação colonial e de estreitar as relações de dependência entre as colónias e a metrópole» (Vieira 2010, p. 126), definindo a metrópole como o árbitro supremo, sobretudo no respeitante às relações económicas estabelecidas com as colónias, que assim perderam a sua limitada autonomia financeira e administrativa. O documento foi republicado, sem o preâmbulo, quando da entrada em vigor da Constituição de 1933, tendo sido revogado na revisão da Constituição feita em 1951.

² A Carta Orgânica, promulgada pelo Decreto-Lei n.º 22 228 de 15 de Novembro de 1933, integrava as disposições referentes à divisão administrativa do Império Colonial; aos governos coloniais; aos Conselhos de Governo; aos princípios da administração geral; à organização e funcionamento dos serviços da administração; à administração financeira, judicial e económica das colónias; às questões dos indígenas.

em especial da Itália, relativamente às possessões coloniais africanas, no sentido de uma nova divisão do continente, além das pretensões hegemónicas da União Sul-Africana sobre Moçambique e da Alemanha sobre Angola (Gonçalves 2021, pp. 4-5; Alexandre 1993, pp. 1120-1121). Para o Estado Novo, «defender as colónias era defender a própria independência nacional [e] a salvaguarda da soberania portuguesa metropolitana estava indissociavelmente ligada à manutenção do império» (Rosas 1995, p. 25). No discurso público desta época, era ideia aceite a de que Portugal continental deixaria de ser viável face à pressão anexionista da vizinha Espanha, e só através do seu Império Colonial poderia garantir um lugar de relevo no cenário geoestratégico internacional (Rosas 1995, p. 25).

Tornava-se igualmente necessário afirmar a singularidade do colonialismo português, distinguindo-o dos outros impérios europeus, face a relatórios que iam surgindo, como os de William Cadbury (1910), de Phelps Stokes (1924) e Alsworth Ross (1925)³, que se insurgiam contra «a continuação do trabalho forçado angariado pelo Estado em larga escala» (João 1999, p. 103) nas colónias africanas portuguesas. Defendia-se, portanto, um cariz universalista e humanista para a empresa colonial portuguesa, um verdadeiro Império de feição moral.

Os discursos públicos iam nesse sentido. Quer os oficiais, como os de Oliveira Salazar, que em 1936 defendia a «vocaçãõ missionária [...], universalista, profundamente humana do povo português, devido à sua espiritualidade e ao seu desinteresse» (Salazar 2015, p. 243), quer os surgidos nos meios de comunicação afectos a sectores nacionalistas conservadores⁴: «Em verdade o imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus e isto por se absorver na preocupação altruísta da cristianização das raças atrasadas» (Azevedo 1935, p. 4).

Por fim, face ao que se considerava ser uma crise de consciência colonial dos portugueses, em especial das jovens gerações e dos grupos tradicionalmente mais indiferentes ao projecto colonial — o mundo rural e o proletariado urbano —, tornava-se imperativo que a opinião pública tivesse plena consciência da dimensão e importância desta herança histórica. Impunha-se uma pedagogia do Império. Uma pedagogia que teria uma «forte concretização no plano simbólico [...], veiculadora da dimensão ontológica do império» (Peralta 2017, p. 42).

³ O relatório de William Cadbury, *Os serviços de S. Tomé*, denunciava a dureza das condições em que, nas roças de São Tomé, laboravam os trabalhadores contratados nas colónias portuguesas (Piçarra 2016); o *Relatório sobre o trabalho indígena na África Portuguesa*, do sociólogo norte-americano Edward Alsworth Ross, apresentado na Sociedade das Nações e depois publicado pela Imprensa Nacional, em Luanda, em 1925, acusava as autoridades portuguesas de práticas de trabalho forçado, próximas da escravatura, em Angola e Moçambique, tendo tido grande repercussão internacional (Alexandre 1993); em resposta a estas acusações, em inícios de 1929, era publicado o Decreto-Lei n.º 16 199, que regulava o trabalho indígena no Império português.

⁴ Foi o caso do *Diário de Notícias* e de *O Século*, para além de periódicos especificamente voltados para a questão colonial, como o *Boletim da Agência Geral das Colónias* (1925-1974), a *Gazeta das Colónias* (1924-1926) ou a revista dirigida por Henrique Galvão, *Portugal Colonial* (1931-1937) (Alexandre 1993).

Este esforço para criar essa mística imperial passou pela reformulação dos programas de ensino, com a valorização do culto de novos heróis nacionais (homens como Roberto Ivens, Brito Capelo, Serpa Pinto, Paiva Couceiro, Mouzinho de Albuquerque), pela acção editorial, com publicações que faziam a defesa e apologética do nacionalismo imperial⁵, pelas iniciativas de organismos como a Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Agência Geral das Colónias (AGC)⁶, pela organização de congressos dedicados à temática colonial, pelos meios de comunicação, em particular a Emissora Nacional, a rádio estatal, com programas como *Império Português*, pelos filmes de ficção e documentários⁷ e por formas de propaganda como cartazes, selos, postais, fotografias, desenhos e, sobretudo, pelas mostras e exposições.

São estas últimas que se procuram analisar, bem como as imagens que através delas se criaram e sedimentaram, entre a sociedade portuguesa metropolitana, sobre o Império.

2. DAS EXPOSIÇÕES COMO FORMAS DE ENCENAÇÃO DO UNIVERSO COLONIAL

Nas exposições que constituem o objecto de análise deste texto seguiram-se modelos e técnicas de encenação de ambientes etnográficos exóticos experimentados pela primeira vez nas exposições internacionais do último quartel do século XIX, onde se exibiam os «selvagens» aos povos europeus civilizados⁸. Estes modelos foram depois reutilizados, com sucesso assinalável, nas exposições coloniais (ou de feição marcadamente colonial) das primeiras décadas do século XX, concebidas para glorificar as realizações e os projectos das potências imperiais⁹; aí se mostravam, face aos colonizadores, os «indígenas».

Estes ambientes etnográficos eram constituídos por habitações típicas das colónias, a que se juntavam exemplares da fauna local e as populações nativas. Era

⁵ Aos já citados *Portugal Colonial* e *Boletim da Agência Geral das Colónias*, junta-se a revista *O Mundo Português* (1934-1947).

⁶ Como sejam as semanas das colónias, os cruzeiros às colónias ou os concursos anuais de literatura colonial (Garcia 2008; Garcia 2011; Silva e Oliveira 2018).

⁷ Desde logo, a longa-metragem de ficção *Feitiço do Império* (1940) e, no campo documental, os resultantes da Missão Cinegráfica às Colónias, em 1938: *Viagem do Chefe de Estado às Colónias de Angola e São Tomé e Príncipe* (1939); *Gentes que nós civilizámos* (1944); *Angola, uma nova Lusitânia* (1944); *As ilhas crioulas de Cabo Verde* (1945); *Guiné portuguesa* (1946); *Guiné, berço do império* (1946). Tudo obras realizadas pelo «cineasta do regime», António Lopes Ribeiro.

⁸ Alguns exemplos: exibição de nativos americanos na Exposição de 1876, em Filadélfia; mostra de cerca de 400 indígenas das colónias francesas do Senegal, Indochina e Taiti na Exposição de 1878, em Paris; apresentação de aldeias etnográficas e uma rua do Cairo na Exposição de 1889, em Paris, e de nativos de Java, Samoa, Daomé, Egipto e América do Norte, na Exposição de 1893, em Chicago (Greenhalgh 1988; Schneider 1977).

⁹ Caso das Exposições de Sevilha e Barcelona (1929), da Exposição Colonial e Marítima da Bélgica (1930), da Exposição Internacional Colonial de Paris (1931), da Exposição de Arte Colonial de Nápoles (1934) ou da IX Feira Internacional de Trípoli (1935).

mesmo possível encontrarem-se, em algumas exposições, famílias inteiras, executando rituais religiosos ou mostrando a sua perícia em trabalhos artesanais. Nestes espaços cenografados, onde «objects were seen to be less interesting than human beings, and through the medium of display, human beings were transformed into objects» (Greenhalgh 1988, p. 82), aos visitantes era proporcionada uma intensa experiência sensorial.

2.1. LISBOA, 1932

Em 1932, realizava-se no Parque de Exposições Eduardo VII a Grande Exposição Industrial Portuguesa. Esta mostra de produtos industriais promovida pela Associação Industrial Portuguesa, que decorreu de 3 de Outubro a 30 de Dezembro, fazia parte de um esforço de propaganda industrializante que tinha começado em 1928, apoiado numa ideia de ressurgimento nacional, sendo o sector industrial motor para o desenvolvimento económico (Rollo 2011, s.p.).

Nesta feira de produtos industriais, os visitantes deparavam-se com a reprodução de uma aldeia guineense e a exibição de homens e mulheres transportados até Lisboa para o evento, por iniciativa da AGC e do seu director, Júlio Garcez de Lencastre.

Qual o motivo para a sua inclusão numa feira com estas características? Desde logo, porque a Guiné era então uma pequena colónia africana pouco conhecida e com uma longa resistência contra a dominação colonial. Relembre-se que as campanhas militares de pacificação, realizadas por Teixeira Pinto na Guiné portuguesa, datam do período entre 1912 e 1915 (Nangurã 2014). Num outro sentido, porque constituía uma fonte de atracção e divulgação da feira, que terá ajudado a que se atingissem os cerca de 15 000 visitantes diários. As palavras do escritor cabo-verdiano Fausto Duarte, na obra *Auá: Novela Negra* (1934), parecem confirmar esta ideia:

Em Setembro de 1932, ali no Parque Eduardo VII [...] construiu-se cinematograficamente uma “tabanca”, a aldeia indígena, onde alguns Fulas chegados a Lisboa foram expostos à doentia curiosidade do nosso público [...]. Quiseram os nossos ilustres coloniais [...] mostrar ao lisboeta sempre ávido de sensações novas o que era a vida íntima duma aldeia de negros. O pequeno núcleo de palhotas tornou-se o “clou” da Exposição e o público, generoso, acudiu em massa (apud Martins 2012, p. 164).

No total, habitaram as oito choças que compunham a aldeia de Sam Corlá 47 pessoas, numa comitiva constituída por quatro régulos, como representantes das autoridades locais, acompanhados pelos restantes nativos, referenciados apenas de forma genérica como «pretos» ou «negros», sem direito a identidade própria, o que parecia reforçado pelo facto de, no geral, se mostrarem com túnicas brancas e turbantes. Significativamente, no documentário produzido pela AGC sobre a exposição — *Guiné, Aldeia Indígena em Lisboa* —, um dos primeiros intertítulos apresenta, de forma indiscriminada e numa enumeração geral, quer os seres humanos quer os animais que com eles constituíam a aldeia (Rosa 2016, p. 209)¹⁰.

No documentário, tal como na exposição, os guineenses eram mostrados aos portugueses da metrópole numa variedade de actividades quotidianas: de trabalho, religiosas (atente-se no facto de pertencerem à etnia Fula, uma etnia islamizada), ou de ócio. Os termos usados no filme para descrever a sua cultura — «ruidosos e esquisitos instrumentos», «charleston maluco», «curiosos bordados» (Rosa 2016, p. 211) — remetem-nos para o desconhecido, para um mundo primitivo e selvagem. Também o seu comportamento era descrito pela imprensa como infantil, ocioso, curioso, supersticioso (Matos 2012, p. 187). Em suma: estes indígenas eram entendidos como sendo seres sem agência, espécie de crianças grandes¹¹.

Quanto às raparigas, eram apresentadas em algumas imagens de tronco desnudo, seminuas, chamando a atenção pela sua beleza, com legendas que as descreviam como «beldades negras» (Rosa 2016, p. 210). Há, claramente, uma exploração sexual dos seus corpos, que será mais evidente em 1934, aquilo a que Filipa Lowndes Vicente chama de erotização do Império (Vicente 2013, s.p.). Já os chefes apresentavam-se vestidos com uma indumentária elaborada, indicados pelos nomes, denunciando a sua posição social elevada, sendo referido que falavam relativamente bem português, que tinham excelente postura e eram muito inteligentes. Eram assimilados, negros que tinham assumido os hábitos, a cultura e a língua portugueses¹²; sobretudo, eram a prova do sucesso da acção lusa em África.

¹⁰ A autora ressalta que os intertítulos deste filme, sem som, assumem não apenas uma função narrativa e descritiva, que informa o espectador, mas também, e sobretudo, uma função de controlo da mensagem. E, na realidade, «o filme é um meio privilegiado de construção da percepção do real [e] serve para concretizar o desejo de registar o que se vê, mas também do que se quer dar a ver» (Matos 2012, p. 94).

¹¹ O que se reflectia no facto de apenas poderem sair do recinto da exposição com autorização das entidades portuguesas e devidamente acompanhados.

¹² Os diplomas legais estabeleciam uma diferença clara entre indígenas e assimilados; a grande diferença residia no facto de os segundos poderem ascender à cidadania portuguesa se tivessem abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra, dominando a língua portuguesa, adoptando a monogamia e exercendo profissão compatível com a civilização europeia (Matos 2012).

2.2. PORTO, 1934

Porto, Palácio de Cristal. Aquilo que em 1932 tinha sido uma pequena experiência criada sobretudo com o intuito de atrair mais visitantes à mostra industrial, transformou-se, em 1934, no centro de uma exposição totalmente dedicada à temática colonial. Esta mostra inspirou-se fortemente na Exposição Colonial de Paris, realizada em 1931, que o director técnico da exposição portuense, Henrique Galvão¹³, tinha visitado como representante de Portugal ao Congresso Colonial, que decorreu em paralelo.

Seguindo esse modelo, o local escolhido dividia-se entre um recinto coberto (agora Palácio das Colónias) e uma envolvente ao ar livre. No recinto da exposição, cerca de 400 expositores da metrópole e das colónias atestavam o dinamismo empresarial e civilizacional do Império; nos espaços exteriores, edificaram-se réplicas de monumentos ultramarinos¹⁴, construiu-se um parque zoológico com animais exóticos e reproduziram-se aldeias das várias colónias, procurando dar a conhecer as populações nativas, os seus usos e costumes, a um conjunto de portugueses que nunca tinham visitado o Império e que, provavelmente, nunca o fariam.

Pretendia ser uma lição de nacionalismo, nas palavras do seu director:

Não podem amar-se as colónias sem se conhecerem [...]. Na impossibilidade de levar todos os portugueses às colónias, procurámos fornecer a lição trazendo das colónias o que praticamente pode contribuir para permitir a seu respeito um conhecimento exacto e consciente (Galvão 1934, p. 233).

Uma lição que permitiu que, durante três meses e meio, cerca de 1 300 000 visitantes metropolitanos viajassem pelo Império, pelo simples acto de caminhar pelas ruas e avenidas do Palácio de Cristal, rebaptizadas com nomes de regiões do Império, pelas tabancas e senzalas da Guiné, Angola e Moçambique, pela aldeia de Timor, junto às casas típicas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ou explorando os pavilhões da Índia portuguesa e de Macau.

Contando com cerca de 324 nativos trazidos das várias partes do Império (Antunes 2011, p. 4), estes foram, porém, apresentados de diferentes formas, numa hierarquia clara, cujo critério era o do patamar civilizacional em que se encontravam,

¹³ A trajectória de Galvão justificou esta escolha: foi governador da província de Huila, em Angola (1929); director das feiras coloniais de amostras de Luanda e Lourenço Marques (1932); eleito para a Assembleia Nacional por Angola (1934), ocupando de seguida o cargo de funcionário do Ministério das Colónias, até chegar a inspector superior da Administração Colonial. Paralelamente, publicou romances, contos e obras de carácter etnográfico que tinham a África portuguesa como cenário privilegiado, e colaborou com diversas revistas que tratavam da temática colonial (Ribeiro 2014).

¹⁴ Como o Arco dos Vice-Reis da Índia ou o Farol da Guia de Macau.

isto é, a proximidade com os modos de ser e de estar dos portugueses da metrópole. Assim, era possível apreciar, dos mais «civilizados» para os menos:

- macaenses e indianos, representados como portadores de culturas sofisticadas, mesmo que exóticas aos olhos do português médio da época, com vestes ricas e elaboradas. Muitos deles falavam português, estando alojados em pavilhões de arquitectura complexa. Havia uma orquestra de Macau, que actuava na Casa de Chá, e bailarinas e encantadores de serpentes indianos (Matos 2012, p. 193);
- timorenses, considerados superiores aos africanos porque eram mais organizados e hierarquizados. A representação era a de uma comitiva de nove timorenses — dos quais, ao contrário de outros nativos, sabemos os nomes — encabeçada pelo coronel de 2.^a linha e chefe de suco D. Aleixo Corte Real, sendo que os restantes membros do grupo lhe estavam de alguma forma relacionados: o filho, a mulher e a dama de companhia desta, um seu aliado, com a filha e a sobrinha, e, por fim, Co-Mai, artista de ourivesaria e ordenança de D. Aleixo (Antunes 2011, p. 5). Estes homens e mulheres, que vestiam roupas ocidentais e falavam a língua portuguesa, tinham sido cuidadosamente seleccionados pelo Agente-Geral das Colónias, ex-comandante militar de Timor, devido à proximidade cultural relativamente a Portugal e à posição social elevada que ocupavam na comunidade de origem (Antunes 2011; Matos 2012);
- cabo-verdianos, maioritariamente mestiços e, portanto, mais próximos dos europeus, distinguindo-se dos restantes africanos pela indumentária, modo de estar e domínio da língua portuguesa;
- angolanos, moçambicanos e guineenses, a grande atracção da exposição. Surgiam como povos primitivos, como que esperando pelo labor civilizacional de Portugal. Nesse sentido, eram normalmente representados seminus, junto de elementos da natureza, ocupados em tarefas manuais ou em momentos de ócio. A comitiva da Guiné, que contava com 34 indivíduos, foi a que gerou maior curiosidade, pelo seu exotismo, visível nas reacções de fascínio pelas beldades negras e de simpatia pelas crianças e bebés (casos da jovem balanta Rosinha e de Agostinho, uma criança que se tornou a mascote da exposição). A excepção ia para os régulos e sobas, que se apresentavam com indumentária mais elaborada e sofisticada, identificados pelos nomes, falando português e, em alguns casos, com uma prole ocidentalizada, que se entendia, novamente, como exemplos demonstrativos dos benefícios da colonização lusa (Matos 2012; Matos 2014).

2.3. LISBOA, 1940

Seis anos depois, em Lisboa, realizava-se a Exposição do Mundo Português, parte de um conjunto de iniciativas que comemorava o duplo centenário¹⁵. Constituiu expressão de consagração do regime, de reforço de consensos e salvaguarda da unidade interna; no plano externo, agiu como mecanismo de validação do regime, detentor legítimo de um Império Colonial (Corkill e Almeida 2007).

Ocupando em Belém uma área de 560 000 m², a exposição teve cerca de 3 000 000 de visitas. A Secção Colonial ficou a cargo, novamente, de Henrique Galvão. Situava-se a nordeste da Praça do Império, ocupando 50 000 m², numa zona que incluía o Jardim Colonial e o edifício do Museu Agrícola Colonial. Apesar da extraordinária dotação da Exposição no seu todo, cerca de 35 000 contos, a Secção Colonial sofreu uma redução dos recursos financeiros alocados em relação a 1934, que se traduziu, desde logo, no menor número de nativos trazidos, cerca de 138 pessoas¹⁶. De igual forma, a cobertura jornalística foi menor, eventualmente porque os pormenores que então atraíram multidões estavam agora ausentes — sem figuras marcantes, como a Rosinha ou o bebé Agostinho, sem concursos de Rainha das Colónias, sem animações como o Luna Parque, o apelo popular foi menor. Mas a ideologia não tinha mudado, nem os objectivos.

Também no que diz respeito à apresentação dos nativos das colónias, permaneceu a distinção criada em 1934, concretizada na diferenciação entre aldeias africanas e ruas asiáticas, que marcavam desta forma os diferentes níveis civilizacionais. Assim, era possível encontrar:

- a Rua da Índia, criada pelo arquitecto Vasco Palmeiro Regaleira, que reunia edifícios entendidos como representativos da Índia portuguesa, como a Igreja de São Francisco Xavier em Goa, bem como casas típicas dos naturais. Aí se encontravam um encantador de serpentes e o seu ajudante, além de um astrólogo (Matos 2012, pp. 212 e 222);
- a Rua de Macau, da autoria de Saúl de Almeida e Raúl Campos, onde se reconstituía o modo de vida local, com estabelecimentos comerciais, um

¹⁵ As comemorações mais importantes e impressionantes do Estado Novo foram as relativas ao Duplo Centenário — o 8.º centenário da Fundação (1140) e o 3.º da Restauração de Portugal (1640). Com começo a 2 de Julho, prolongaram-se até 2 de Dezembro de 1940, tendo incluído um conjunto muito alargado de manifestações culturais e artísticas. As festividades foram estruturadas em torno de três grandes épocas históricas: época Medieval, correspondente à Fundação; época Imperial, dedicada a exaltar a expansão e a existência do Império Colonial; época da Restauração. Para cada um destes períodos, foi organizado um conjunto de iniciativas que pretendiam recordar os principais acontecimentos e figuras históricas de cada época. O ponto alto destas comemorações foi a Exposição do Mundo Português, realizada em Belém e inaugurada a 23 de Junho de 1940.

¹⁶ Embora nem todos tenham vindo das colónias: alguns eram africanos que trabalhavam e viviam em Lisboa e que foram «figurantes» nas aldeias indígenas; a pequena comitiva indiana veio da Índia britânica, tendo acontecido o mesmo em 1934, dada a dificuldade de encontrar estas pessoas na Índia portuguesa (Matos 2012).

pagode e as moradias dos naturais da colónia que vieram à exposição; na rua, circulavam riquexós conduzindo passageiros. Os macaenses eram representados por sete elementos, entre eles uma cantadeira e três artífices de trabalhos em cedro e cânfora (Thomaz 1995, p. 32);

- a aldeia de Timor, tendo como representantes o chefe de suco D. Francisco da Costa Aleixo, juntamente com a mulher, dois filhos, um criado e uma criada; os elementos masculinos falavam português e eram identificados pelo nome; usavam, além de trajas típicas, fatos de corte europeu (Matos 2014, p. 210);
- as aldeias dos povos africanos, habitadas por cerca de 130 homens e mulheres, destacando-se Cabo Verde, com elementos que se mostravam como bons exemplos do processo de assimilação, visíveis na ocidentalização do vestuário e postura das mulheres; no outro extremo, as aldeias guineenses, dos Bijagós, dos Mandingas e Fulas, as correspondentes aos Muchopes e Macondes de Moçambique, e as aldeias dos povos de Angola (Thomaz 1995, pp. 32-33; Matos 2014, pp. 209-211).

Mais uma vez, os indígenas africanos foram os mais populares, amplamente fotografados. Pela visualização dessas fotografias, muitas transformadas em postais que se vendiam como *souvenirs*, consegue-se ver a permanência do imaginário criado em 1934, com destaque para os aspectos mais «primitivos», como as escarificações no abdómen de mulheres bijagós, os seus penteados exóticos e os adornos feitos com elementos naturais.

Este imaginário da África colonial portuguesa era repetido noutros meios, nomeadamente na longa metragem *Feitiço do Império*, estreada em 1940, com realização de António Lopes Ribeiro¹⁷, um dos muitos produtos da I Missão Cinematográfica às Colónias, em 1938, chefiada por Carlos Selvagem e na qual Lopes Ribeiro participou como director artístico¹⁸. No filme, ao lado de nativos apresentados como subordinados dos colonos portugueses, sobretudo como empregados domésticos, ou nas roças e fábricas, os «pretos calcinhas (que andam vestidos)», são mostrados também elementos de um outro mundo, mais exótico e primitivo: os «pretos do mato» (Matos 2016, p. 160), associados a rituais e danças indígenas.

¹⁷ A versão que sobreviveu até aos nossos dias, e que se encontra na Cinemateca Portuguesa, é constituída apenas por imagem, visto que se perdeu a banda sonora, razão pela qual os dados apresentados referentes ao filme provieram da bibliografia indicada.

¹⁸ Baseado num argumento de Joaquim Mota Júnior, que ganhara um concurso para este fim, o filme exaltava a acção portuguesa em África, contando a história de um luso-descendente rico, Luís Morais, prestes a casar-se com uma norte-americana e a adoptar essa nacionalidade. Antes de o fazer, o pai convence-o a experimentar uma caçada em Angola. Nessa viagem Luís acaba por visitar Lisboa, Guiné, São Tomé e Príncipe e Moçambique; no final, o jovem rende-se ao «feitiço do império» (Matos 2016).

A atitude portuguesa parece ser a de «condescendência paternalista perante os africanos», tolerados e entendidos como se fossem crianças grandes, mas com uma mensagem clara relativa à «necessidade de uma autoridade forte que administre o território, guie os colonizados e os conduza, na medida do possível, à civilização» (Vieira 2010, p. 138).

IDEIAS FINAIS

No período entre guerras, procurou-se entre nós a afirmação no plano prático de uma espécie de «imperialismo popular» (Rosas 1995, p. 21). As exposições foram um dos instrumentos utilizados. Nelas construiu-se «um império fictício», já que «o exotismo, o pitoresco e a alteridade foram exagerados [...] para que a mensagem transmitida fosse mais forte» (Matos 2012, pp. 246-247). E as imagens então criadas e difundidas foram veículos para uma encenação e, mesmo, uma objectivação de valores, ideias e pessoas do Império Colonial português. Tal é particularmente relevante, já que os primeiros contactos que a grande maioria da população da metrópole teve com os territórios coloniais foram mediados por estas representações visuais.

Estes processos não foram exclusivos de Portugal. Foram partilhados, nos objectivos e nos meios utilizados, por outras potências imperiais europeias. Também o discurso por detrás das práticas era semelhante: a missão de civilizar os povos mais atrasados sob o seu domínio. Todavia, «no caso português estabelece-se uma conexão estreita entre a questão colonial, o regime político e a identidade nacional» (Castelo 2021, p. 5), já que os destinos do Império e do Estado Novo estavam intimamente ligados, servindo o primeiro como forma de afirmação do lugar de Portugal, e do regime, no mundo. Neste sentido, estes eventos procuravam demonstrar que a colonização portuguesa era única, singular, e muito antiga, chamando a si os tradicionais direitos históricos. E permitiam a sua apresentação como obra de civilização e o resultado de um dever moral. Este entendimento é visível numa cena do filme *Feitiço do Império*, onde Mariazinha, a jovem filha de um colono em Angola, dá aulas de leitura a um grupo de crianças africanas, exemplo do papel de colonizador benévolo assumido pelos portugueses (Vieira 2010). Ou nas imagens documentais que fazem parte do enredo ficcional da obra, que dessa forma mostravam ao público português os resultados positivos da colonização; assim, no filme, Luís Morais, ao passar pelas várias regiões do Império no decurso da sua viagem, depara-se com «pontes, fábricas, escolas e edifícios administrativos que são postos em relevo como forma de demonstrar as vantagens económicas do domínio imperial luso, tanto para os africanos como para a metrópole, e o progresso civilizacional do ultramar» (Vieira 2010, p. 138).

As possessões portuguesas em África aparecem mais representadas nestas exposições do que os restantes espaços do Império. Por um lado, porque os interesses coloniais convergiram para o continente africano a partir de meados da década de 1870. Por outro, porque se procurava demonstrar o trabalho civilizador que estava a ser desenvolvido pelo Estado e pelas missões católicas.

Esta representação do Outro (africano) assumiu variadas formas. Desde logo, os régulos, príncipes ou princesas e jovens cuidadosamente seleccionados pelo seu grau de assimilação, vestidos e calçados por vezes em vestuário ocidental, e dominando o português, exibiam-se como as obras acabadas da acção de Portugal.

Mas o grande atractivo era um mundo exótico, diferente e primitivo, propositadamente encenado para consumo popular. Destacaram-se neste aspecto os nativos da Guiné, que se apresentavam no geral seminus, utilizando elementos naturais como adorno ou indumentária (peles, fibras vegetais, plumagens, etc.), sem falarem português, sem perfilharem a religião católica. Na realidade, o corpo destes homens e, sobretudo, destas mulheres foi assumido pelos organizadores como um «espaço de inscrição e de categorização racial e cultural, em nome da propaganda do regime» (Serra 2016, p. 45). A esta mesma leitura apontava o *Feitiço do Império*, ao mostrar o quotidiano das populações africanas e os seus diferentes costumes e tradições — cenas de dança, simulações de guerra, mercados nativos —, apresentando uma África exótica, completamente diferente da metrópole, numa versão «estereotipada dos africanos como um povo primitivo, que se dedica a danças pagãs e a rituais tribais» (Vieira 2010, p. 139). A conclusão era clara: era necessária a prossecução do trabalho civilizador de Portugal.

E, apesar do desconhecimento generalizado sobre os assuntos coloniais por parte das populações da metrópole, não terá sido o lado pedagógico destes eventos a atrair as massas, mas, antes, o convívio e a animação proporcionados. O próprio Galvão o reconhecia, comentando, a propósito da Exposição de 1934: «Vieram com ar de festa, com o mesmo espírito alegre e desenfadado com que vão ao arraial e ao teatro, aos touros e ao football» (*apud* Medeiros 2003, p. 160). Mas, sobretudo, vieram aliciadas pelo «selvagem»: «Sem negros e sem negras, a Exposição atrairia, afinal, muito pouca gente [...]. Tudo o que está fora do nosso habitat, tudo o que é extravagante, tudo o que é esquisito [...] — eis aquilo em que a multidão repara. É isso que a assombra» (Rocha 1934, pp. 2-3).

Depois de 1940, a conjuntura internacional resultante do fim da II Guerra Mundial colocará novos reptos à política colonial portuguesa, uma vez que «já não seriam as rivalidades entre potências coloniais, mas as aspirações políticas independentistas tuteladas pela nova Organização das Nações Unidas que desafiavam o sistema colonial português» (Peralta 2017, p. 47). O que justificará a

mudança estratégica concretizada em 1953, que transformava as colónias em províncias ultramarinas e o Império em Ultramar, sustentada num novo discurso ideológico, o do luso-tropicalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Valentim, 1993. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*. XXVIII(123-124), 1117-1136.
- ANTUNES, Gonçalo, 2011. Timorenses em Portugal: Antropologia e Representação na Exposição Colonial do Porto de 1934. Em: *Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*. AHU, 24-25 de Maio. Comunicação.
- AZEVEDO, F. Alves de, 1935. O Estado Novo e o Império. *Portugal Colonial: Revista de Propaganda e Expansão Colonial* [Em linha]. 4(50), 4 e 18. [consult. 2023-01-06]. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N01/N01_master/PortugalColonialN01.pdf.
- CASTELO, Cláudia, 2021. Simulação e dissimulação do império colonial português em Belém, Lisboa (1940/2020): a secção colonial e o jardim botânico tropical. *Anais do Museu Histórico Nacional* [Em linha]. 54, 1-24 [consult. 2023-01-06]. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/49405/1/ICS_CCastelo_Simulacao.pdf.
- CORKILL, David, José Carlos ALMEIDA, 2007. *Commemoration and propaganda in Salazar's Portugal: the Portuguese World Exhibition of 1940* [Em linha] [consult. 2024-02-12]. Disponível em: <https://e-space.mmu.ac.uk/14342/2/COMMPROPAGFV.pdf>.
- GALVÃO, Henrique, 1934. Discurso na Sessão Solene no Palácio da Bolsa para inauguração da Exposição Colonial. *Boletim Geral das Colónias* [Em linha]. X(109), 219-235 [consult. 2024-02-10]. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N109&p=1>.
- GARCIA, José Luís Lima, 2011. *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar, 1924-1976*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GARCIA, José Luís Lima, 2008. Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial: o concurso da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926-1974). Em: Luís Reis TORRAL, e Heloísa PAULO, coord. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 131-143.
- GONÇALVES, Márcia, 2021. The Scramble for Africa Reloaded? Portugal, European Colonial Claims and the Distribution of Colonies in the 1930s. *Contemporary European History* [Em linha]. 30(1), 2-15 [consult. 2024-02-11]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/contemporary-european-history/article/scramble-for-africa-reloaded-portugal-european-colonial-claims-and-the-distribution-of-colonies-in-the-1930s/2014BA67CDFBF66F9A79A21D156EF4DE>.
- GREENHALGH, Paul, 1988. *Ephemeral Vistas: The Expositions Universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851-1939*. Manchester: Manchester University Press.

- JOÃO, Maria Isabel, 1999. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Tese de doutoramento, Universidade Aberta.
- MARTINS, Leonor Pires, 2012. *Um Império de Papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.
- MATOS, Patrícia Ferraz de, 2016. Imagens de África? Filmes e documentários portugueses relativos às antigas colónias africanas (primeira metade do século XX). *Comunicação e Sociedade*. 29, 153-174 [consult. 2024-02-05]. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1646>.
- MATOS, Patrícia Ferraz de, 2014. Power and identity: the exhibition of human beings in the Portuguese great exhibitions. *Identities: Global Studies in Culture and Power* [Em linha]. 21(2), 202-218 [consult. 2024-02-05]. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22681/1/ICS_PFMAtos_Power_ARI.pdf.
- MATOS, Patrícia Ferraz de, 2012. *As Cores do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS.
- MEDEIROS, António, 2003. Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934) – representação iconográfica e cultura popular moderna. Em: Salwa El-Shawan CASTELO-BRANCO, e Jorge de Freitas BRANCO, org. *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editores, pp. 155-168.
- NANGURÁ, Albino Undigae, 2014. *Estudo de caso: perspetiva histórica das campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL [consult. 2024-02-11]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/10179>.
- PERALTA, Elsa, 2017. *Lisboa e a Memória do Império. Património, Museus e Espaço Público*. Odivelas: Outro Mundo.
- PIÇARRA, Maria do Carmo, 2016. “CINEMA IMPÉRIO”: a projeção colonial do Estado Novo português nos filmes das exposições entre guerras mundiais. *Outros Tempos* [Em linha]. 13(22), 126-151 [consult. 2024-02-11]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/44198>.
- RIBEIRO, Carla, 2014. *Imagens e representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da nação*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROCHA, Hugo, 1934. Os brancos preferem ver os pretos. *O Comércio do Porto* [Em linha]. 1934-07-22, 2-3 [consult. 2023-01-06]. Disponível em: <https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/296767/>.
- ROLLO, Maria Fernanda, 2011. *Portugueses, Patriotas, Preferi Produtos Portugueses!, 1932* [Em linha] [consult. 2023-01-12]. Disponível em: <https://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/portugueses-patriotas-preferi-produtos-portugueses-1932/>.
- ROSA, Francesca de, 2016. África em Lisboa – Os Indígenas da Guiné na Grande Exposição Industrial e Guiné Aldeia Indígena em Lisboa – 1932: a construção do corpo feminino. *Comunicação e Sociedade* [Em linha]. 29, 197-217 [consult. 2023-01-06]. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1648>.
- ROSAS, Fernando, 1995. Estado Novo, Império e Ideologia Imperial. *Revista de História das Ideias*. (17), 19-32.
- SALAZAR, António de Oliveira, 2015. *Discursos e Notas Políticas. 1928 a 1966*. Coimbra: Coimbra Editora.

- SCHNEIDER, William, 1977. Race and Empire: The Rise of Popular Ethnography in the late Nineteenth Century. *Journal of Popular Culture*. 11(1), 98-109.
- SERRA, Filomena, 2016. Visões do império, a 1ª exposição colonial portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. *Revista Brasileira de História da Mídia* [Em linha]. 5(1), 45-59 [consult. 2023-01-14]. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4516>.
- SILVA, Maria Cardeira da, e Sandra OLIVEIRA, 2018. Paquetes do Império. O “Primeiro Cruzeiro de Férias às Colónias”. Em: Maria Cardeira da SILVA, ed. *Castelos a Bombordo. Etnografias de patrimónios africanos e memórias portuguesas*. Lisboa: Etnográfica Press, pp. 261-284.
- THOMAZ, Omar Ribeiro, 1995. Viagens e Exposições: o Mundo Português de Henrique Galvão. Em: *XIX Encontro Anual da ANPOCS* [Em linha]. Comunicação [consult. 2024-02-11]. Disponível em: https://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7705&Itemid=362.
- VICENTE, Filipa Lowndes, org., 2014. *O Império da Visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70.
- VICENTE, Filipa Lowndes, 2013. *Rosita e o império como objeto de desejo* [Em linha] [consult. 2023-01-14]. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/rosita-e-o-imperio-como-objeto-de-desejo>.
- VIEIRA, Patrícia, 2010. Fetish Empire as the New State: Spell Empire and the Colonial Sortilégio. *Portuguese Cultural Studies* [Em linha]. 3(1), 126-144 [consult. 2024-02-10]. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/p/vol3/iss1/13>.